

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE DE 2015

AUDIÊNCIA PÚBLICA - AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

REALIZADA EM 10/02/2016.

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2015, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais, publicados no Átrio Municipal e no site www.famurs.com.br e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de janeiro a dezembro de 2015, o resultado primário foi de R\$ 289.774,41. Esse valor é superior ao valor inicialmente estabelecido de R\$ -744.000,00. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias, além de gerar excedentes para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ 198.569,26 no período.

O superávit observado deveu-se, principalmente, ao comportamento positivo das receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções para o FUNDEB, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de ativos - que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ 14.298.402,76, correspondendo a 101,47% da meta prevista. O valor verificado foi superior às despesas primárias - representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos - que corresponderam no mesmo período, a R\$ 14.008.628,35. Os valores apresentados permitiram a obtenção de um Resultado Primário acima da projeção para o período.

QUADRO 1 - RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITA	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Receitas Correntes	16.679.750,00	16.231.420,59	97,32
(-) Rendimentos de Aplicações	920.000,00	1.324.868,67	144,01
(-) Deduções da Receita Corrente	2.129.500,00	1.987.476,56	93,33
1 (=) Receitas Primárias Correntes	13.630.250,00	12.919.075,36	94,79
Receitas de Capital	501.000,00	1.556.075,25	310,60
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	25.000,00	159.490,00	637,96
(-) Amortização de Empréstimos	15.000,00	17.257,85	115,06
2 (=) Receitas Primárias de Capital	461.000,00	1.379.327,40	299,21
3 Receitas Primárias Totais (1 2)	14.091.250,00	14.298.402,76	
DESPESA	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	14.059.600,00	12.421.755,61	88,35
(-) Juros e Encargos da Dívida	66.500,00	50.358,04	75,73
4 (=) Despesas Primárias Correntes	13.993.100,00	12.371.397,57	88,41
Despesas de Capital	991.650,00	1.785.442,00	180,05

(-) Aquisição de Títulos de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	149.500,00	148.211,22	99,14
5 (=) Despesas Primárias de Capital	842.150,00	1.637.230,78	194,41
6 Despesas Primárias Líquidas (4 5)	14.835.250,00	14.008.628,35	94,43
7 Saldos de Exercícios Anteriores		742.197,73	

Observações:

- a) De acordo com o disposto na Portaria STN nº 462/2009 (MTDF), na avaliação das metas relativas ao primeiro e segundo quadrimestre, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. Porém, no encerramento do terceiro quadrimestre (final de exercício), as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas realizadas.
- b) Também, de acordo com a referida norma, **os recursos provenientes de superávit financeiro identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que foram utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, bem como os valores referentes aos créditos especiais reabertos no exercício de referência, por pertencerem ao exercício financeiro no qual foram arrecadados, em respeito ao princípio contábil da competência, não poderão ser considerados no cálculo de déficit ou superávit orçamentário**, pois representam recursos arrecadados em exercícios anteriores, tais valores correspondem àqueles informados no campo 7, no demonstrativo a cima.

2. RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluída as deduções da receita, foi estimado

na Lei de Orçamento para o exercício de 2015 no montante de R\$ 15.051.250,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de R\$ 15.800.019,28, tendo sido arrecadado, portanto, 104,97% da meta anual. Comparada à projeção para o período, no valor de R\$ 15.051.250,00, constante na programação financeira que considerou as estimativas de receitas, demonstra-se superávit de 4,97%. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado positivo das receitas de capital, que atingiu o percentual de realização equivalente a 310,72% da programação anual.

QUADRO 2 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual	Program. no Período	Realiz. no Período	% Real. Ano
1 - Receitas Correntes	15.924.750,00	15.924.750,00	15.487.235,69	97,26
Receita Tributária	706.000,00	706.000,00	831.458,83	117,77
Receita de Contribuições	325.000,00	325.000,00	367.304,14	113,02
Receita Patrimonial	930.000,00	930.000,00	1.398.589,99	150,39
Receita Agropecuária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	100.000,00	100.000,00	96.934,37	96,94
Transferências Correntes	13.793.200,00	13.793.200,00	12.675.170,03	91,90
Outras Rec. Correntes	69.550,00	69.550,00	117.778,33	169,35
2 - Receitas Intra-orç	755.000,00	755.000,00	811.443,92	107,48
Contrib.Intra-Orçamentaria	755.000,00	755.000,00	811.443,92	107,48
3 - Receitas de Capital	501.000,00	501.000,00	1.556.731,56	310,73
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	25.000,00	25.000,00	159.490,00	637,96
Amort. de Empréstimos	15.000,00	15.000,00	17.257,85	115,06
Transfer. De Capital	450.000,00	450.000,00	1.322.613,67	293,92
Outras Rec. De Capital	11.000,00	11.000,00	57.370,04	521,55
4 (-) Deduç. da Receita	2.129.500,00	2.129.500,00	2.055.391,89	96,52
Total da Receita	15.051.250,00	15.051.250,00	15.800.019,28	104,97

Fonte:

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (janeiro a dezembro), de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 15.051.250,00. Os valores realizados

corresponderam a R\$ 15.800.019,28, ficando acima 4,97% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas de Transferências Correntes e as Receitas Patrimoniais que figuraram, respectivamente, com 67,64% e 8,42% do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o bom desempenho da Receita de tributária e Outras Receitas Correntes, que apresentaram variação positiva correspondendo a 117,77% e 169,34%, respectivamente do valor projetado para o exercício.

2.1.1 Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 831.458,83, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 706.000,00, representa uma realização de 117,77% da projeção para o período, o qual corresponde ao anual.

Conforme demonstrado no **Quadro 3**, o I P T U arrecadou 94,25% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 190.000,00, tendo sido arrecadados R\$ 179.090,18. A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$ 130.000,00 para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 182.113,61, 140,08% do valor previsto para 2015. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representaram um decréscimo de 11,11% em relação a igual período do exercício anterior.

Em relação ao I S S Q N, a arrecadação no período foi de R\$ 249.408,64, o que representa 124,70% da previsão. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se à implantação de uma política de combate à sonegação de impostos, bem como a atualização da legislação municipal, face às alterações provocadas pelas Leis Complementares nº 116/2003 e nº 123/2006.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 91.042,77, contra uma projeção de R\$ 67.000,00. Arrecadou-se, portanto, 135,88% da meta anual.

Não houve arrecadação de Receitas de Contribuições no exercício de 2015.

QUADRO 3 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS - PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Progr.
Impostos	637.000,00	740.416,06	116,24
I P T U	190.000,00	179.090,18	94,25
I R R F	117.000,00	129.803,63	110,95
I T B I	130.000,00	182.113,61	140,08
I S S Q N	200.000,00	249.408,64	124,70
Taxas	67.000,00	91.042,77	135,88
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	39.000,00	57.579,56	147,63
Taxas p/ Prestação de Serviços	28.000,00	33.463,21	119,51

Contribuição de Melhorias	2.000,00	0,00	0,00
Total das Receitas Tributárias	706.000,00	831.458,83	117,77

2.1.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de dezembro, o valor R\$ 367.304,14, correspondendo a 113,01% da previsão anual.

As receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes da contribuição do servidor ativo para o RPPS e registraram uma arrecadação de R\$ 309.519,82, correspondendo a 108,79% da projeção inicial.

QUADRO 4 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Contribuições Sociais	285.000,00	309.817,52	108,70
Contribuições Previdenciárias	285.000,00	309.817,52	108,70
Compensação Previdenciária	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	40.000,00	57486,62	143,71
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	40.000,00	57.486,62	143,71
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Contribuições	325.000,00	367.304,14	113,01

Fonte:

2.1.3 Transferências Correntes

Conforme se visualiza no **Quadro 5**, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios - FPM -, que realizou R\$ 6.707.087,39 no período, correspondendo a 90,55% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional - STN -, a qual estimou uma variação positiva referente às transferências aos Estados e Municípios. Em virtude

de isenções, diminuições de alíquotas por parte do Governo Federal e retração das atividades econômicas as previsões não se confirmaram ocorrendo uma queda de arrecadação.

A Compensação Financeira da Lei Complementar 87/96 - Lei Kandir - realizou 98,96% do valor previsto. A previsão dessa receita pautou-se, também, nas recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Transferências de Convênios com a União demonstraram um realizado de R\$ 0,00.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 3.028.275,73, ou seja, 97,06% da expectativa inicial, que era de R\$ 3.120.000,00. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município, que é de 0,044464%, e, também da atividade econômica no Estado.

As Outras Receitas Correntes registraram o montante de R\$ 117.778,33 contra uma previsão de R\$ 69.550,00. As maiores arrecadações são verificadas, principalmente, nas rubricas das Indenizações e Restituições, onde, para um valor projetado de R\$ 51.600,00 ocorreu uma realização de R\$ 99.780,56.

As Transferências de Convênios com o Estado demonstraram um realizado de 148,16% em comparação à projeção para o período, correspondendo a R\$ 214.844,33 (Transporte Escolar, Correção acidez do solo e Projeto Nossa Biblioteca Mais viva.)

QUADRO 5 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Transferências da União	8.801.700,00	7.874.523,35	89,46
Cota parte do F P M	7.407.000,00	6.707.087,39	90,55
Cota parte do I T R	3.500,00	3.498,89	99,96
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	22.000,00	21.772,56	98,96
Transf.de Compens.FEP-CFEM	96.000,00	73.105,06	76,15
Transferências do SUS	944.700,00	810.066,80	85,74
Transferências do F N A S	164.000,00	110.889,51	67,61
Transferências do F N D E	150.000,00	131.720,38	87,81
Outras Transferências da União	14.500,00	16.382,76	112,98
Transferências do Estado	3.991.000,00	3.783.668,58	94,80
Cota Parte do I C M S	3.120.000,00	3.028.275,73	97,06
Cota Parte do I P V A	345.000,00	465.397,07	134,89
Cota Parte do IPI / Exportação	70.000,00	58.362,53	83,37
Cota parte da C I D E	1.000,00	4.546,65	454,66
Transf. Do Fundo Est. Saúde (FES)	443.000,00	222.133,99	50,14
Outras Transferências do Estado	12.000,00	4.952,61	41,27

Fonte:

2.1.4 - Transferências do FUNDEB

QUADRO 6 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real /Previsto
Valores Recebidos do FUNDEB	855.500,00	802.133,77	93,76
Valores Transferidos para o FUNDEB	2.129.500,00	1.986.122,02	93,26
Perda com o FUNDEB	1.274.000,00	1.183.980,25	92,93

Fonte:

2.1.5 - Receitas Correntes - Intra Orçamentárias

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real /Previsto
Receitas Intra Orçamentárias	755.000,00	811.443,92	107,47
Contrib. Patronal	350.000,00	380.230,12	108,63
Recup.Déficit Atuarial/Ficanceiro	340.000,00	366.147,63	107,69
Parcelamento de Débito	65.000,00	65.066,17	100,10

Fonte:

2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 310,72% do projetado. A maior previsão e, também, maior desempenho verificado nesse grupo ocorreu nas receitas de transferências de capital, que demonstraram um ingresso de 881,74% diante do projetado, correspondendo a R\$ 1.322.613,67.

QUADRO 7 - RECEITAS DE CAPITAL - PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Receitas de Capital	501.000,00	1.556.731,56	310,72
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	25.000,00	159.490,00	637,96
Amortização de Empréstimos	15.000,00	17.257,85	115,05
Transferências de Capital	450.000,00	1.322.613,67	293,91
Outras Receitas de Capital	11.000,00	57.370,04	521,54

Fonte:

3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total, nela incluída a transferência da cota patronal para o RPPS, no período de janeiro a dezembro de 2015, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total demonstrou um superávit na execução orçamentária de R\$ 1.592.821,67. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas fiscais para o exercício.

As Despesas empenhadas, considerando as operações intraorçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano até dezembro de 2015 totalizaram R\$ 14.207.197,61, valor equivalente a 94,39% da previsão para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 12.421.755,61, correspondendo a 98,19% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 1.785.442,00, superior ao valor projetado para o período de 991.650,00.

QUADRO 8 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	15.051.250,00	15.800.019,28	104,97

Despesa Empenhada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	12.649.600,00	12.421.755,61	98,19
Pessoal e Encargos Sociais	6.480.746,88	6.752.600,48	104,19
Juros e Encargos da Dívida	66.500,00	50.358,04	75,72
Outras Despesas Correntes	6.102.353,12	5.618.797,09	92,07
Despesas de Capital	991.650,00	1.785.442,00	180,04
Investimentos	842.150,00	1.637.230,78	194,41
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	149.500,00	148.211,22	99,13
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	1.410.000,00	0,00	0,00
Reserva Contingência. Execut.Rpps	1.410.000,00	0,00	0,00
(2) Despesa Total	15.051.250,00	14.207.197,61	94,39
Resultado Orçamentário (1-2)		1.592.821,67	
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		0,89	

Observação: Conforme a Portaria STN nº 462/2009, para fins de avaliação das metas, durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, que corresponde à avaliação do terceiro quadrimestre, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas liquidadas.

3.1 - Juros e Amortização da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$ 50.358,04, correspondendo a 75,72% do total estimado para o período. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 148.211,22, representaram um desembolso correspondente a 99,13% do total programado.

3.2 - Investimentos Realizados

Já em relação às despesas com investimentos, ficaram acima do valor inicialmente projetado, que foi de R\$ 842.150,00, apresentando uma execução (liquidação), de R\$ 1.139.381,65.

4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, janeiro a dezembro de 2015, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 39,90% para o Executivo e de 2,73% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 12.958.100,64 e está assim discriminada:

QUADRO 9 - APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Discriminação	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	15.486.937,99
(-) I R R F s/ Rendimentos do Trabalho	114.981,29
(-) Cancelamento de Restos a Pagar (Rec. Escritural)	0,00
(-) Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	1.986.122,02
(-) Contribuição dos Servidores para o R P P S	309.519,82
(-) Compensação Previdenciária recebida pelo R P P S	71.603,74
(-) Rendimentos de Aplicações do R P P S	1.229.160,37
(-) Deduções de outras Receitas	1.438,36
() FUNDEB	1.183.988,25
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.958.100,64

QUADRO 10 - DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	5.170.089,46	39,90	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	354.425,91	2,73	5,70%	6%

Total das despesas com pessoal	5.524.515,37	42,63	57%	60%
---------------------------------------	---------------------	--------------	------------	------------

5. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 3.306.215,54, o que corresponde a 29,96% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado no **Quadro 6**, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi deficitário em relação ao FUNDEB. Assim, a perda deverá ser computada nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 804.038,77, o que corresponde a 100,00% dos recursos do referido fundo, atendendo o dispositivo legal supracitado.

QUADRO 11 - RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

	PREVISÃO	Arrecadação	
RECEITAS		Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	674.400,00	747.590,66	110,85
Receitas de Impostos	647.400,00	747.590,66	110,85
Receitas de Transferências Constitucionais	10.967.500,00	10.284.394,17	93,77
TOTAL DAS RECEITAS	11.614.900,00	11.031.984,83	94,98
Mínimo a Aplicar em M D E (25%)	2.903.725,00	2.757.996,20	94,98
	PREVISÃO	DESPESAS LIQUIDADAS	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	ATUALIZADA	Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
ENSINO FUNDAMENTAL	1.752.560,58	1.623.546,45	92,63
ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00
ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00

ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	524.532,50	500.585,84	95,43
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,84	00,00
() Perda com o FUNDEB	1.274.000,00	1.183.988,25	92,93
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.000,00	5.342,16	133,55
(-) Saldo Financeiro Recurso Fundeb	348,56	346,58	100,00
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO	3.546.744,52	3.302.431,80	93,11
PERCENTUAL APLICADO		29,94	

6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 1.685.044,73, o que corresponde a 15,27% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000.

QUADRO 12 - RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A

AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS	PREVISÃO	Arrecadação	
		Até o	%
	(a)	Quadrimestre	(b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	647.400,00	747.590,66	110,85
Receitas de Impostos	647.400,00	747.590,66	110,85
Receitas de Transferências Constitucionais	10.967.400,00	10.284.394,17	93,77
TOTAL DAS RECEITAS	11.614.900,00	11.031.984,83	94,98
Mínimo a Aplicar em A S P S (15%)	1.742.235,00	1.654.732,35	94,98
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO	DESPESAS LIQUIDADAS	
	ATUALIZADA	Até o	%
	(a)	Quadrimestre	(b/a)
ATENÇÃO BÁSICA	3.197.549,77	2.818.282,75	88,13
ASSIST.HOSPITALAR E AMBULATORIAL	150.000,00	26.885,94	17,92
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	32.000,00	14.336,10	44,80
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	46.100,00	21.113,95	45,80
OUTRAS SUBFUNÇÕES	0,00	0,000	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	1.668.940,27	1.188.994,85	71,24
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos ASPS	3.000,00	6.579,16	219,30

TOTAL APLICADO NO PERÍODO	1.753.709,50	1.685.044,73	96,08
----------------------------------	---------------------	---------------------	--------------

7. ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA - RESULTADO NOMINAL

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal foi de R\$ -302.870,09, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período. Por essa metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência, sendo que, caso o resultado seja positivo = déficit e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo superior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para um aumento no nível de endividamento municipal, evidenciando, mesmo assim, o atingimento das metas de endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal e, conseqüentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUADRO 13 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA / RESULTADO NOMINAL

Especificação	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2015	Varição %
I - Dívida Consolidada ou Fundada	734.731,88	609.508,27	
(-) Ativo Disponível	2.138.290,50	2.109.897,47	
(-) Haveres Financeiros	699,60		
() Restos a Pagar Processados	452.384,36	245.645,25	
II - Dívida Consolidada Líquida	951.873,86-	1.254.743,95-	
III - Receita de Privatizações	0,00	0,00	0,00
IV - Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	0,00
			Resultado Nominal
V - Dívida Fiscal Líquida (V = III - IV)	951.873,86-	1.254.743,95-	302.870,09-

Receita Corrente Líquida	12.879.658,97	12.958.100,64
--------------------------	---------------	---------------

Como se verifica, a dívida pública consolidada apresentou saldo de R\$ 609.508,27, assim discriminados: Dívidas com instituições financeiras R\$ 261.140,11, Precatórios R\$ 35.450,04 e outras dívidas (RPPS) no valor de R\$ 312.918,12. Comparando-se esse saldo com aquele obtido ao final do exercício anterior, verifica-se que houve decréscimo da ordem de 17,05%, conforme demonstrativo acima.

Com relação à Dívida Consolidada Líquida - DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida - RCL não deve ultrapassar o limite de 1,20, observa-se que, no final do quadrimestre em análise, atingimos o índice de -9,61%, demonstrando, assim, que a Administração Municipal está cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

8- DISPONIBILIDADES / RESTOS A PAGAR

Outro importante indicador da prudência fiscal definido na LRF diz respeito ao acúmulo de restos a pagar comparado com a disponibilidade de caixa. Em 2015, os Restos a Pagar do Poder Executivo e Legislativo foram de R\$ 866.660,35 e R\$ 0,00, respectivamente, totalizando R\$ 866.660,35. Já as disponibilidades alcançaram R\$ 12.912.714,09. A relação \square Saldo de Caixa / Restos a Pagar \square , para cada fonte de recursos pode ser visualizada no quadro a seguir:

QUADRO 14 - DEMONSTRAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Especificação	Restos a Pagar Exerc. Anteriores	Inscrições do Exercício	Disp. Financeira
Recursos Livres	7.025,84	15.622,89	710.212,78
Recursos da Educação (MDE)	0,00	40,77	2.347,32
Recursos da Saúde (ASPS)	0,00	2.057,62	34.396,77
Recursos do R P P S	0,00	0,00	10.821.021,37
Recursos Cont.786720-Pav.asalt. 1115	0,00	251.073,22	8.477,61
Recursos Cont.792479\squareRevit,Praça 1116	0,00	94.231,28	49.894,84
Recursos Conv.546/14 Rede Agua C.Voltas	0,00	9.276,16	28.464,10

Recursos Conv.803166-Paviment. 1124	0,00	27.294,45	2.068,45
Recursos Conv.803177-Paviment/Drenagem	0,00	122.925,00	126.430,77
Recursos Conv.031/2014 <input type="checkbox"/> Calcário	0,00	57.360,00	62.957,40
Recursos Teto Financ.Vigilancia	0,00	103,12	36.140,05
Rec.Cont.Repasse 787715/2013-Santa Rita	146.250,00	0,00	155.249,29
Recursos Patrulha Mecanizada 1125	0,00	97.500,00	0,00
Recursos Construção de Academia 4929	32.850,00	3.150,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	875.053,34
T O T A I S -----			
à	186.125,84	680.634,51	12.912.714,09

NOTA: Na fonte de recurso **1115** Contrato de Repasse nº 786720/2013, para Pavimentação asfáltica de vias urbanas, nota de empenho nº 2013NE801052, emitida em 26/09/2013, o Ministério das Cidades não repassou o valor de **R\$ 250.000,00**. Na fonte de recurso **1116** Contrato de Repasse nº 792479/2013, para Revitalização da Praça Central, nota de empenho nº 2013NE800984, emitida em 28/11/2013, o Ministério do Turismo não repassou o valor de **R\$ 48.750,00**. Na fonte de recurso 1124 relativo ao Contrato de Repasse nº 803166//2014 para Pavimentação de vias urbanas, nota de empenho nº 2014NE8003834, emitida em 02/06/2014º, o Ministério das Cidades não repassou o valor de **R\$ 122.925,00**. Na fonte de recurso **1125**, relativo ao Contrato de Repasse nº 811052/2014 para aquisição de patrulha agrícola, nota de empenho nº 2014NE801442, emitida em 14/08/2014, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não repassou o valor de **R\$ 97.500,00**. Na fonte de recurso **4929** relativa a Portaria nº 2.684/2013 do Ministério da Saúde, para construção de Academia de Saúde, nota de empenho nº 2013NE490398, emitida em 17/10/2013, o Ministério da Saúde não repassou através do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo de Saúde do Município o valor de **R\$ 36.000,00**.

9. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Conforme a Lei Municipal nº 1594/2005 o Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 2.354.850,35, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram uma liquidação total de R\$ 729.330,01 obtendo-se um resultado superavitário de R\$ 1.625.520,34, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 10.821.021,37, os quais se encontram depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicadas em fundos de investimentos. O quadro a seguir evidencia a posição das contas previdenciárias ao final do quadrimestre.

QUADRO 15 - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Programadas	Realizadas	% Real/ Progr
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições	1.130.000,00	1.543.406,43	
Contribuições de Servidores p/ RPPS	285.000,00	309.817,52	
Outras Contribuições Previdenciárias	285.000,00	309.817,52	
	0,00	0,00	
Receita Patrimonial (rendimentos de aplicações)	810.000,00	1.161.985,17	
Outras Receitas Correntes	35.000,00	71.603,74	
Compensação Previdenciária	35.000,00	71.603,74	

RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	755.000,00		811.443,92
Contribuição Patronal do Exercício	350.000,00		380.230,12
Contribuição Previd. <input type="checkbox"/> Regime Parc.Débito	65.000,00		65.066,17
REPASSES PREVIDENCIÁRIO P/ AMORTIZAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL	340.000,00		366.147,63
OUTROS APORTES AO R P P S			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	1.885.000,00	2.354.850,35	

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Programadas	Liquidadas	% Liq / Progr
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	610.000,00	726.090,01	
Aposentadorias	520.000,00	601.475,15	
Pensões	20.000,00	21.669,96	
Outros Benefícios Previdenciários	70.000,00	102.944,90	
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS			
DEMAIS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	5.000,00	3.240,00	
RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS	1.270.000,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	1.885.000,00	729.330,01	

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)	1.625.520,34
--	---------------------

	Saldo no Início do Quadrimestre	Saldo no Final do Quadrimestre
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	10.240.484,97	10.821.021,37

COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida - encontram-se abaixo dos limites legais. Fica demonstrado, assim, o atingimento das metas fiscais estabelecidas, bem como a atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fabio Luis Gabiatti-Secretário de Finanças